O Processo de Kafka e a Obscuridade do Devido Processo Legal

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Edinaldo Da Silva Santiago
Júlia Gonçalves Botelho

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UCB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

Introdução

A obra "O Processo", de Franz Kafka, narra a perturbadora história de Josef K., um homem que se vê em meio a um processo judicial absurdo, sem saber qual crime cometeu ou quais são as acusações contra ele. A narrativa faz críticas aos sistemas jurídicos autoritários e burocráticos, nos fazendo refletir sob um olhar crítico e jurídico em todas as etapas de um processo onde as regras são obscuras ou inexistentes, um judiciário que age sem transparência em seus atos, pois para um processo legal a previsibilidade não são apenas conceitos abstratos, mas garantias essenciais para evitar abusos e todas mazelas e arbitrariedades do poder estatal.

Objetivo

Comparar a experiência de Josef K. com os princípios do devido processo legal, garantidos no Brasil pelo Artigo 5º da Constituição Federal, Discutir a importância de princípios como a ampla defesa, o contraditório, a publicidade dos atos processuais e a razoável duração do processo para a garantia de um sistema jurídico justo e equitativo.

Material e Métodos

Este resumo expandido tem como fonte primaria adota a metodologia de revisão bibliográfica do livro O Processo (KAFKA, 2009) e como fonte secundaria a constituição federal do Brasil, a doutrina jurídica sobre o devido processo legal, separação dos poderes, (BOBIO,1999; SARLET, 2007). com essa analise interpretativa buscamos correlacionar a ficção e as necessidades jurídicas de proteção ao cidadão em processo.

Resultados e Discussão

A Constituição Federal, em seu art. 5º que dispõe que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)
LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
(...)
O devido processo legal garanti que qualquer ação contra uma pessoa siga um procedimento pré-estabelecido em lei, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório, o acesso a justiça, a publicidade dos atos

processuais, a motivação das decisões judiciais, a razoável duração do processo e a proibição das provas ilícitas.
O Contraditório e Ampla Defesa assegura que as partes sejam informadas sobre todos os atos
A Publicidade dos Atos Processuais Os atos devem ser públicos.
Motivação das Decisões Judiciais, devem ser fundamentadas, explicando as razões

Conclusão

a obra antecipa discussões centrais ao garantismo jurídico, que defende a proteção do indivíduo frente às práticas autoritárias e à atuação desmedida do Estado nos fazendo refletir que, a burocracia se faz necessária desde que garanta a liberdade e a dignidade humana.

Referências

1. KAFIKA, Franz. O Processo. Tradução de Guimarães Editores. Alfragide: Le Ya SA, 2009.
2. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 19 setembro 2025, as 18:15
3. BOBIO, Noberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília :EdUnB,1999.
4. SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.